



CARGO: AGENTE FISCAL

- Verifique se este caderno de questões corresponde ao cargo ao qual você concorre, se ele contém 30 (trinta) questões de múltipla escolha com 5 (cinco) alternativas cada (A, B, C, D e E) e se possui a folha rascunho da prova de redação;
- Caso o caderno esteja incompleto, possua qualquer defeito ou apresente alguma divergência ao cargo ao qual você concorre, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores neste sentido;
- No momento da identificação, verifique o cartão resposta, a folha definitiva da prova de redação e se as informações relativas a você estão corretas. Caso haja algum dado a ser retificado, peça ao fiscal de sala corrigir em Ata;
- **Você dispõe de 4 (quatro) horas para realizar a prova objetiva e transcrever a folha de rascunho da prova de redação para a folha definitiva da prova de redação;**
- Na duração da prova, está incluso o tempo destinado à entrega do material de prova, ao preenchimento do cartão resposta e folha definitiva da prova de redação;
- Você deve deixar sobre a carteira apenas o documento de identificação e a caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
- **NÃO É PERMITIDO DURANTE A REALIZAÇÃO DA PROVA:** a) equipamentos eletrônicos como calculadoras, MP3, MP4, celular, tablet, notebook, gravador, máquina fotográfica ou qualquer aparelho similar; b) livros, anotações, dicionários, consultas ou qualquer outro material impresso que não esteja expressamente permitido; c) relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc;
- É proibido fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio que não seja permitido;
- Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização;
- Somente após decorrida 1 (uma) hora após início da prova você poderá se retirar da sala de aplicação de prova;
- **Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, devolva-lhe o caderno de prova, o cartão resposta devidamente assinado, a folha definitiva da prova de redação e deixe o local de prova. O candidato NÃO poderá levar consigo o caderno de questões e o rascunho da prova de redação, poderá levar somente a anotação de gabarito a ser destacada abaixo;**
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente caderno de prova, cartão resposta e folha definitiva da prova de redação poderá implicar na anulação da sua prova;
- Tenha calma para não prejudicar o seu desempenho e boa prova.

NOME COMPLETO:

[illegible]

01) Assinale a alternativa em que todas as palavras apresentam encontro consonantal:

- (A) Prato – flor – branco.
- (B) Chuva – chave – filho.
- (C) Queijo – ninho – passarinho.
- (D) Chapa – guerra – carro.
- (E) Chuva – prato – filho.

02) Considerando as regras de acentuação gráfica da Língua Portuguesa, assinale a alternativa que apresenta as palavras escritas de maneira CORRETA:

- (A) Heroi – juri – bau.
- (B) Lapis – virus – hífen.
- (C) Orgão – ideia – assembleia.
- (D) Saúde – café – fácil.
- (E) Heroi – rúbrica – item.

03) "A leitura amplia o conhecimento, desenvolve o senso crítico e fortalece a capacidade de comunicação. Por isso, ler diariamente é um hábito importante para a formação do cidadão."

Com base no texto acima, assinale a alternativa em que a classificação gramatical da palavra destacada está CORRETA:

- (A) Em leitura, a palavra é um adjetivo.
- (B) Em amplia, a palavra é um substantivo.
- (C) Em crítico, a palavra é um adjetivo.
- (D) Em diariamente, a palavra é uma preposição.
- (E) Em por isso, a palavra "isso" é uma conjunção.

04) Quanto à correspondência entre letras e fonemas, assinale a alternativa que contém uma palavra com maior número de letras do que de fonemas:

- (A) Trabalho.
- (B) Equipe.
- (C) Confiança.
- (D) Melhora.
- (E) Pessoas.

05) "O guarda-chuva foi deixado na entrada da biblioteca durante a forte chuva da tarde."

Com base nos processos de formação de palavras da Língua Portuguesa, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A palavra biblioteca é formada por derivação sufixal.
- (B) A palavra entrada é formada por composição por aglutinação.
- (C) A palavra guarda-chuva é formada por composição por justaposição.
- (D) A palavra forte é formada por derivação prefixal.
- (E) A palavra tarde é formada por derivação regressiva.

06) Um provérbio alemão diz o seguinte “Uma cerca dura três anos, um cachorro dura três cercas, um cavalo dura três cachorros e um homem dura três cavalos”. Com base no provérbio, qual a expectativa de vida de um homem?

- (A) 69 anos.
- (B) 72 anos.
- (C) 78 anos.
- (D) 79 anos.
- (E) 81 anos.

07) A expressão $Y = \frac{3n^2 + n}{2}$ determina a quantidade de cartas para fazer um castelo de acordo com quantos níveis de altura ele terá. Por exemplo, se pretende ter dois níveis de altura, deve substituir $n = 2$ e vai obter $Y = 7$, ou seja, são necessárias 7 cartas para um castelo com 2 níveis de altura. Considerando esta expressão, quantos níveis de altura tem um castelo que utilizou 57 cartas?

- (A) 4.
- (B) 5.
- (C) 6.
- (D) 7.
- (E) 8.

08) A prefeitura de Tangará desapropriou uma área retangular de medidas 30 x 40 metros para a construção de um parque recreativo, e o valor pago para o proprietário do terreno foi de R\$ 540.000,00. Considerando estes dados, o valor pago pela prefeitura por metro quadrado do terreno foi de:

- (A) R\$ 380,00.
- (B) R\$ 400,00.
- (C) R\$ 425,00.
- (D) R\$ 450,00.
- (E) R\$ 475,00.

09) Um carro foi vendido por R\$ 31.500,00, e para que a negociação ocorresse, o vendedor deu um desconto de 10% no valor deste veículo. Com base nestas informações, qual era o valor do carro antes do desconto?

- (A) R\$ 34.500,00.
- (B) R\$ 35.000,00.
- (C) R\$ 35.500,00.
- (D) R\$ 36.000,00.
- (E) R\$ 36.500,00.

10) A secretaria de habitação do município de Flor do Sul realizou uma pesquisa em um bairro da cidade e verificou que das 920 casas do bairro, $\frac{4}{5}$ tem rede de saneamento básico funcionando regularmente. De acordo com esta informação, a quantidade de residências neste bairro que não tem acesso a este serviço de forma regular é de:

- (A) 176 residências.
- (B) 178 residências.
- (C) 180 residências.
- (D) 182 residências.
- (E) 184 residências.

11) O Brasil abriga destinos naturais de paisagem singular, resultantes da combinação entre formações geológicas raras e regimes climáticos específicos. Um parque nacional situado no litoral do Maranhão protege um extenso campo de dunas de areia branca que avança sobre o continente, empurrado pelos ventos que sopram do oceano. Entre as dunas, a água das chuvas se acumula sobre uma camada impermeável do subsolo e forma milhares de lagoas de água doce, que enchem no período chuvoso, na primeira metade do ano, e vão secando ao longo da estiagem. A visitação é regulamentada, com percursos definidos e acompanhamento de condutores credenciados. Qual das alternativas abaixo se refere a esse destino turístico?

- (A) Chapada Diamantina.
- (B) Serra da Capivara.
- (C) Jalapão.
- (D) Lençóis Maranhenses.
- (E) Chapada dos Guimarães.

12) A execução de obras públicas de grande porte no Brasil envolve órgãos e entidades federais com atribuições bastante distintas entre si. Algumas dessas entidades atuam concedendo crédito e financiando diretamente os empreendimentos, com recursos próprios ou de fundos que operam. Outras não emprestam dinheiro: cabe a elas planejar, regular, fiscalizar ou controlar a aplicação dos recursos e a execução dos contratos. As assertivas abaixo descrevem quatro entidades federais brasileiras, dessa forma, assinale a alternativa que apresenta as instituições que atuam financiando obras e investimentos:

I - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

II - Caixa Econômica Federal (CEF).

III - Tribunal de Contas da União (TCU).

IV - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) Apenas I e IV.

13) Preencha as lacunas com a alternativa CORRETA:

A Lei Municipal nº 465/2008 assegura a todo servidor do Município de Rio Azul o gozo de férias anuais, concedidas conforme escala organizada pela chefia da repartição, com direito a todas as vantagens, como se em exercício estivesse. Para que o servidor complete cada período aquisitivo, a lei exige _____ meses de efetivo exercício, contados a partir da data da primeira investidura em cargo público ou da data do retorno, nos casos de licenças e afastamentos. Atendida a conveniência do serviço e o crivo do chefe da repartição, as férias poderão ser usufruídas em até _____ períodos. Sobre a remuneração do período, a lei prevê o pagamento do adicional de férias, correspondente a _____ da remuneração do servidor.

- (A) Vinte e quatro/quatro/um quarto.
- (B) Doze/dois/um terço.
- (C) Seis/três/um sexto.
- (D) Trinta/cinco/um quinto.
- (E) Dezoito/seis/um oitavo.

14) O Estatuto dos Servidores Públicos de Rio Azul trata da acumulação de cargos no título dedicado ao regime disciplinar, por se tratar de matéria que pode afetar a permanência do servidor no serviço público. A lei estabelece a regra geral de vedação, define o alcance dessa proibição, fixa uma exigência objetiva para as acumulações permitidas e disciplina a situação do servidor aposentado. Sobre esse regime, marque V para VERDADEIRO ou F para FALSO e assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () Ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.
- () A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horário.
- () O servidor poderá exercer no máximo três funções gratificadas simultaneamente.
- () É vedado ao servidor aposentado exercer cargo eletivo ou cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, em qualquer hipótese.

- (A) F-V-V-F.
- (B) V-F-F-V.
- (C) F-F-V-V.
- (D) V-V-V-F.
- (E) V-V-F-F.

15) A Lei Orgânica do Município de Rio Azul protege a integridade do território municipal e submete qualquer alteração de seus limites a um rito rigoroso. A mudança depende de lei estadual, mas esta somente pode ser editada depois que a população diretamente interessada se manifestar favoravelmente em uma consulta popular, que precisa ser autorizada pela Câmara Municipal. A lei exige que essa consulta seja prévia, ou seja, anterior à edição da norma, e não uma ratificação posterior de ato já aprovado. Qual das alternativas abaixo se refere a esse instrumento de consulta popular?

- (A) Referendo.
- (B) Audiência pública.
- (C) Plebiscito.
- (D) Iniciativa popular.
- (E) Consulta pública.

<u>CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS</u>

16) Sobre a competência do Município em relação a fiscalização dos estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, à luz da Lei Orgânica do Município de Rio Azul/PR, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O fechamento de estabelecimentos que funcionem sem licença municipal somente poderá ser promovido pelo Município após prévia decisão judicial transitada em julgado.
- (B) A competência para conceder ou renovar a licença de abertura e funcionamento dos estabelecimentos comerciais é comum ao Município, ao Estado e à União, exigindo atuação conjunta dos três entes.
- (C) Compete privativamente ao Município revogar a licença dos estabelecimentos cujas atividades se tornarem prejudiciais à saúde, à higiene, ao bem-estar, à recreação, ao sossego público e aos bons costumes.
- (D) A revogação da licença de estabelecimento cuja atividade se torne prejudicial ao sossego público depende de prévia e expressa autorização da Câmara Municipal, sob pena de nulidade do ato.
- (E) A ordenação das atividades urbanas, com a fixação de condições e horários para o funcionamento de estabelecimentos industriais e comerciais, é vedada ao Município, por configurar invasão de competência privativa da União.

17) A respeito da estabilidade e das hipóteses de perda do cargo do servidor público municipal, à luz da Lei Orgânica do Município de Rio Azul/PR, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) São estáveis, após 3 (três) anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público, sendo a estabilidade condicionada, ainda, à avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- (B) A estabilidade é adquirida automaticamente após 2 (dois) anos de efetivo exercício, independentemente de qualquer avaliação de desempenho.
- (C) O servidor público municipal estável somente poderá perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, não havendo previsão de perda por processo administrativo.
- (D) Uma vez adquirida a estabilidade, o servidor não poderá ser exonerado nem mesmo na hipótese de extinção do cargo, ficando o Município obrigado a mantê-lo no exercício das mesmas funções.
- (E) A estabilidade estende-se, de igual modo, aos servidores nomeados para cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, desde que completados 3 (três) anos de exercício.

18) A respeito da classificação dos bens públicos municipais, à luz da Lei Orgânica do Município de Rio Azul/PR, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) São bens de uso comum do povo, entre outros, as estradas municipais, as ruas, os parques, as praças e os logradouros públicos.
- (B) Os edifícios das repartições públicas e os veículos oficiais classificam-se como bens dominiais, por serem passíveis de alienação a qualquer tempo, independentemente de autorização legislativa.
- (C) Os bens dominiais são aqueles destinados diretamente à Administração, tais como os terrenos e equipamentos afetados à prestação do serviço público.
- (D) A alienação onerosa de bens imóveis municipais é livre, dispensando avaliação prévia, licitação ou autorização por lei municipal.
- (E) Os bens de uso especial são considerados bens patrimoniais disponíveis, sobre os quais o Município exerce o direito de proprietário sem qualquer afetação a finalidade pública.

19) A Norma Regulamentadora nº 18 (NR-18) tem o objetivo de estabelecer diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que visam à implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na indústria da construção. A respeito das áreas de vivência nos canteiros de obras, à luz da NR-18, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) As áreas de vivência devem contemplar, obrigatoriamente, instalação sanitária, vestiário, local para refeição e alojamento, este último ainda que não haja trabalhador alojado.
- (B) É facultativo o fornecimento de água potável no canteiro de obras, cabendo a cada trabalhador providenciar o próprio suprimento.
- (C) As áreas de vivência devem ser projetadas de forma a oferecer aos trabalhadores condições mínimas de segurança, de conforto e de privacidade, e devem ser mantidas em perfeito estado de conservação, higiene e limpeza.
- (D) É permitido o uso de copos coletivos no fornecimento de água aos trabalhadores, desde que higienizados diariamente.
- (E) O alojamento é exigido em todo e qualquer canteiro de obras, independentemente de haver trabalhador alojado.

20) Conforme as disposições da Lei Orgânica do Município de Rio Azul/PR sobre a política de desenvolvimento urbano, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) As desapropriações de imóveis urbanos, como regra geral, serão realizadas mediante pagamento em títulos da dívida pública.
- (B) Aquele que possuir sua área urbana de até 250 (duzentos e cinquenta) metros quadrados, por 5 (cinco) anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- (C) A propriedade urbana cumpre sua função social independentemente do atendimento às exigências de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor.
- (D) A promulgação do Plano Diretor far-se-á por lei municipal específica, aprovada por maioria simples dos membros da Câmara Municipal, em votação única.
- (E) Os imóveis públicos localizados na área urbana do Município poderão ser adquiridos por usucapião, desde que observado o prazo de 5 (cinco) anos de posse.

21) Assinale a alternativa CORRETA acerca dos contratos administrativos:

- (A) Nos contratos administrativos, a Administração e o particular situam-se em posição de absoluta igualdade, sendo vedada qualquer prerrogativa em favor do poder público.
- (B) A Administração não pode alterar unilateralmente o contrato administrativo, dependendo, em qualquer hipótese, da prévia e expressa concordância do contratado.
- (C) É vedado à Administração fiscalizar a execução do contrato administrativo, atribuição que compete exclusivamente ao particular contratado.
- (D) A rescisão do contrato administrativo somente pode ocorrer por decisão judicial, sendo vedada à Administração a rescisão por ato próprio.
- (E) O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

22) Sobre a anulação, a revogação e a convalidação dos atos administrativos, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A revogação do ato administrativo decorre de vício de legalidade e produz efeitos retroativos (ex tunc), desfazendo o ato desde a sua origem.
- (B) A anulação do ato administrativo funda-se em razões de conveniência e oportunidade e somente pode ser realizada pelo Poder Judiciário, jamais pela própria Administração.
- (C) O direito da Administração de anular atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis aos destinatários é imprescritível, podendo ser exercido a qualquer tempo, ainda que ausente má-fé.
- (D) A convalidação é vedada em qualquer hipótese, de modo que todo ato administrativo portador de vício deve ser obrigatoriamente anulado, ainda que o defeito seja sanável.
- (E) A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e revogá-los por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

23) Sobre os elementos do ato administrativo, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A competência, como regra, é elemento discricionário do ato administrativo, podendo ser livremente transferida ou renunciada pelo agente público a quem a lei a atribuiu.
- (B) A finalidade do ato administrativo consiste no resultado prático a ser alcançado, sendo sempre um elemento discricionário, ainda que a lei estabeleça finalidade específica.
- (C) O motivo é o pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento ao ato administrativo, sendo a situação de fato e a previsão legal que autorizam ou determinam a sua prática.
- (D) A forma é elemento sempre livre, de modo que o ato administrativo prescinde de qualquer solenidade, sendo indiferente a existência de vício formal para a sua validade.
- (E) O objeto do ato administrativo corresponde ao agente competente para praticá-lo, confundindo-se com a atribuição legal conferida à autoridade.

24) Sobre o licenciamento e a conclusão das obras, conforme o Código de Obras e Edificações do Município de Rio Azul/PR (Lei nº 1.290/2025), assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O Alvará de Construção terá validade de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de sua expedição.
- (B) A execução de qualquer projeto ou obra no Município poderá ser feita por qualquer pessoa, independentemente de habilitação profissional e de cadastro na Prefeitura Municipal.
- (C) O Alvará de Construção poderá ser levado a registro imobiliário, servindo como documento hábil à comprovação da propriedade da edificação.
- (D) Nenhuma edificação poderá ser ocupada sem a obtenção da Certidão de Vistoria e Conclusão de Obra – CVCO ("habite-se"), junto à Prefeitura Municipal.
- (E) Para efeito da Lei, considera-se iniciada a obra a partir da simples limpeza do terreno, ainda que não concluídas as fundações.

25) Considerando as definições estabelecidas na referida Lei, assinale a alternativa que apresenta corretamente o conceito de determinada categoria de uso do solo:

- (A) Usos incômodos são aqueles que impliquem na manipulação de ingredientes, matérias-primas ou processos que prejudiquem a saúde, ou cujos resíduos líquidos ou gasosos possam poluir o solo, a atmosfera ou os recursos hídricos.
- (B) Usos nocivos são aqueles que impliquem na manipulação de ingredientes, matérias-primas ou processos que prejudiquem a saúde, ou cujos resíduos líquidos ou gasosos possam poluir o solo, a atmosfera ou os recursos hídricos.
- (C) Usos perigosos são aqueles que possam produzir conturbações no tráfego, ruídos, trepidações ou exalações que venham a perturbar a vizinhança.
- (D) Usos tolerados são aqueles adequados à zona, admitidos sem qualquer restrição pelo órgão competente do Município.
- (E) Usos permitidos são aqueles admitidos em zonas onde os usos proibidos lhes são prejudiciais, a critério do órgão competente do Município.

26) A Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1) estabelece as disposições gerais e as diretrizes para o gerenciamento de riscos ocupacionais, obrigando, nos termos da lei, empregadores e empregados, urbanos e rurais. Acerca dos deveres do trabalhador previstos na NR-1, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Cabe ao trabalhador elaborar as ordens de serviço sobre segurança e saúde no trabalho, dando ciência aos demais empregados.
- (B) Cabe ao trabalhador usar o equipamento de proteção individual (EPI) fornecido pelo empregador.
- (C) Cabe ao trabalhador custear a aquisição dos próprios equipamentos de proteção individual (EPI) utilizados na atividade.
- (D) Cabe ao trabalhador implementar as medidas de prevenção na empresa, obedecida a ordem de prioridade legal.
- (E) Cabe ao trabalhador informar aos demais empregados os resultados das avaliações ambientais realizadas nos locais de trabalho.

27) Acerca das modalidades de licitação previstas na Lei de licitações, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O leilão é a modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.
- (B) O convite é a modalidade de licitação, destinada à contratação de bens e serviços de pequeno valor entre, no mínimo, três interessados do ramo.
- (C) O pregão é a modalidade de licitação cabível para a contratação de bens e serviços especiais, sempre que houver alta complexidade técnica.
- (D) A tomada de preços é a modalidade de licitação utilizada para a escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a concessão de prêmio ao vencedor.
- (E) O diálogo competitivo é a modalidade de licitação obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento será o de menor preço.

28) A Norma Regulamentadora nº 6 (NR-6) estabelece os requisitos para aprovação, comercialização, fornecimento e utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), aplicando-se às organizações que os adquiram, aos trabalhadores que os utilizam e aos fabricantes e importadores. Sobre as disposições da NR-6, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Cabe à organização fornecer ao empregado o EPI adequado ao risco, sendo lícito, contudo, descontar de seu salário o custo proporcional do equipamento.
- (B) A seleção do EPI é atribuição exclusiva do trabalhador usuário, dispensada qualquer participação da organização ou do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT).
- (C) Cabe ao trabalhador adquirir o EPI aprovado pelo órgão competente.
- (D) O EPI, de fabricação nacional ou importado, só pode ser posto à venda ou utilizado com a indicação do Certificado de Aprovação (CA), expedido pelo órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho.
- (E) Compete ao empregador emitir e renovar o Certificado de Aprovação (CA) dos equipamentos fornecidos aos seus empregados.

29) Assinale a alternativa CORRETA acerca da classificação e do regime dos bens públicos:

- (A) São bens públicos apenas os pertencentes à União, aos Estados e ao Distrito Federal, excluídos os bens dos Municípios e das autarquias.
- (B) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são, em regra, alienáveis e passíveis de aquisição por usucapião, independentemente de prévia desafetação.
- (C) Os rios, os mares, as estradas, as ruas e as praças são exemplos de bens públicos de uso especial.
- (D) Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei, ao passo que os bens de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis enquanto conservarem essa qualificação.
- (E) Os edifícios e terrenos destinados a estabelecimento ou serviço da Administração federal, estadual, territorial ou municipal classificam-se como bens dominicais.

30) Acerca dos serviços públicos, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O princípio da continuidade autoriza a interrupção do serviço público a qualquer tempo, sem aviso prévio, ainda que por mera liberalidade do prestador.
- (B) Serviço público adequado é aquele prestado exclusivamente de forma gratuita, sendo vedada, em qualquer hipótese, a cobrança de tarifa do usuário.
- (C) O princípio da modicidade das tarifas significa que o serviço deve ser prestado com a maior margem de lucro possível ao concessionário, ainda que em prejuízo do usuário.
- (D) A titularidade dos serviços públicos pode ser livremente transferida a particulares, que passam a deter o domínio do serviço, dispensada a fiscalização pelo poder concedente.
- (E) Serviço público adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

FOLHA RASCUNHO DA PROVA DISSERTATIVA - REDAÇÃO

O conteúdo exigido na prova de redação será estritamente relacionado aos conhecimentos específicos e à área de atuação do cargo/especialidade escolhido pelo candidato no momento da inscrição;

A prova de redação, de caráter eliminatório e classificatório, valerá o total de 100,00 (cem) pontos e consistirá em desenvolver um texto dissertativo-argumentativo;

Não serão permitidas consultas em nenhum tipo de material e o candidato não poderá levar consigo o caderno da prova de redação;

A prova de redação deverá ser feita à mão pelo próprio candidato em letra legível, a fim de não prejudicar o desempenho do candidato quando da correção pela banca examinadora, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas;

A versão definitiva da prova de redação não poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que possibilite a identificação do candidato, sob pena de ser anulada. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará na anulação da prova;

A folha da versão definitiva será o único documento válido para a avaliação da prova de redação. O rascunho, no caderno da prova de redação, será de preenchimento facultativo e não valerá para a finalidade de avaliação;

A omissão de dados que forem exigidos ou necessários para a correta solução da prova de redação acarretará em descontos na pontuação atribuída ao candidato;

O candidato terá sua prova de redação avaliada com nota 0 (zero) em caso de:

- a) não atender ao tema proposto e ao conteúdo avaliado;
- b) manuscrever em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado em Edital;
- c) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- d) redigir seu texto a lápis ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
- e) não apresentar a folha da versão definitiva ou entregá-la em branco;
- f) apresentar identificação em local indevido de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).

ENUNCIADO:

"Impessoalidade é, no dizer de Gilmar Mendes, o princípio que estabelece que "à Administração não é permitido fazer diferenciações que não se justifiquem juridicamente, pois não é dado ao administrador o direito de utilizar-se de interesses e opiniões pessoais na construção das decisões oriundas do exercício de suas atribuições". Ou seja, quando o servidor público fala, não é o indivíduo que se manifesta, mas o Estado. E o Estado não faz distinções que não sejam jurídicas.

Apesar da clareza desse princípio tão importante, o seu alcance é muitas vezes distorcido pela burocracia que fecha os olhos para a realidade concreta em que a sua intervenção se faz presente ou necessária. Em outras palavras, ao excluir a diversidade e a ponderação na análise das demandas apresentadas, busca uma inexistente pureza de comportamento por parte dos agentes públicos. Pureza idealizada, mas não real, pois a individualidade da decisão não pode ser expurgada."

Adams, Luís Inácio. Pessoaalidade e impessoalidade se misturam na administração pública. Consultor Jurídico. 20 de abril de 2020.

Considerando que os fragmentos do texto apresentado anteriormente têm caráter exclusivamente motivador, elabore um texto dissertativo-argumentativo abordando a importância do princípio da impessoalidade na atuação da administração pública, relacionando a impessoalidade aos demais princípios que regem a Administração Pública Municipal e apresente uma proposta ou reflexão conclusiva sobre como o Agente Fiscal pode, na prática, evitar favorecimentos e perseguições, garantindo isonomia no exercício do poder de polícia.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	